



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Sul da Bahia  
Pró-Reitoria de Gestão Acadêmica  
Diretoria de Ensino

**PLANO DE ENSINO**

Instância de aprovação: Colegiado do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Campus Paulo Freire-UF SB/ Teixeira de Freitas-BA

Data da aprovação: 28 de março de 2018, em sessão ordinária do Colegiado do Curso.

André de Almeida Rego  
(Número de matrícula no SIAPE 2253651)  
Coordenador do Colegiado do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade/  
Campus Paulo Freire-Teixeira de Freitas/ UF SB

1) IDENTIFICAÇÃO	
<b>Componente Curricular</b>	Noções de Direito Privado natureza: optativo
<b>Código</b>	ISC0398
<b>Carga horária total</b>	60h (creditação 4)
<b>Período letivo</b>	Vespertino (14:00 as 16:00) e noturno (quinta-feira das 18:30 as 22:30 hs) modalidade: seminário
<b>Professor (a)</b>	Dra. Célia Regina Ferrari Faganello; Dr. André Almeida Rego; Ms. Camila Pina Brito.

2) EMENTA
<b>Direito Público e Direito Privado. Critérios de distinção e significado atual da dicotomia. Relações jurídicas privadas. Ramos do Direito Privado. Princípios, fontes e conceitos fundamentais do Direito Privado. Constitucionalização do Direito Privado. Princípios e normas constitucionais conformadores das categorias de direito civil, especialmente pessoas, família, contratos, responsabilidade civil e propriedade privada. Direito das Pessoas e dos Bens. Direitos da Personalidade. Teoria do Fato Jurídico.</b>

3) OBJETIVO (S)
O objetivo principal do componente é apresentar aos discentes a dogmática jurídica a partir do estudo de institutos fundamentais do Direito Privado, fomentando a capacidade de argumentação jurídico-dogmática e a aplicação do conhecimento teórico e abstrato à solução de caso concreto. Apresentar as normas legais, conceitos dogmáticos e decisões judiciais (jurisprudência); Interpretar textos (lei, doutrina e jurisprudência).

#### 4) METODOLOGIA

As aulas serão ministradas com a utilização de diferentes técnicas pedagógicas, tais como: exposições dialogadas, leitura e discussão de textos, análise de casos, dinâmicas de grupos devidamente alinhavadas com o assunto em estudo, realização de trabalhos em grupo, pesquisa realizada pelos estudantes, apresentação de seminários, além de outras que forem julgadas pertinentes, tendo em vista a construção crítica do saber dos estudantes sobre os temas abordados. As atividades serão conduzidas pela equipe docente, na modalidade presencial e à distância com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.

#### 5) DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO (TEMAS/CONTEÚDOS)

##### I) Módulo 1: Noções Introdutórias de Direito Privado

- **Direito Público e Direito Privado – origem histórica; Critérios de distinção e significado atual da dicotomia; Ramos do Direito Privado; Princípios, fontes e conceitos fundamentais do Direito Privado.**

##### II) Módulo 2:

. **Constitucionalização (publicização) do Direito Privado; Princípios e normas constitucionais conformadores das categorias de direito civil, especialmente pessoas, família, contratos, responsabilidade civil e propriedade privada.**

##### III) Módulo 3: Direito das Pessoas e dos Bens. Direitos da Personalidade. Teoria do Fato Jurídico.

#### 6) CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO

Data	Conteúdo/Atividade docente e/ou discente
1. <sup>a</sup> aula (módulo 1)	<p>✓ Não haverá aula presencial: sem energia no campus Sosígenes Costa – <b>Os alunos devem proceder a leitura em casa, antes da aula, dos seguintes textos:</b></p> <p>“Panorama das alterações mais sensíveis ocorridas nos institutos de direito privado no curso do século XX”, de Luiz Carlos de Azevedo.pdf</p> <p>“A superação da dicotomia direito público e privado: Uma proposta coerente com a constitucionalização do direito civil”, de Ana Letícia Anarelli Rosati Leonel. <a href="https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/84k8hu2h/x2r9Q7VaCvqjMtwp.pdf">https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/84k8hu2h/x2r9Q7VaCvqjMtwp.pdf</a></p>
2. <sup>a</sup> aula (módulo 1)	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Apresentação do Componente Curricular (professores, ementa, cronograma e formas de avaliação);</li><li>✓ Formação dos grupos de trabalho;</li><li>✓ Apresentação dos monitores da disciplina;</li><li>✓ Estudo da origem histórica do direito público e privado e critérios de distinção e significado atual da dicotomia através da discussão do texto: <b>A formação histórica</b></li></ul>

	<p><b>do moderno direito privado português e brasileiro de Guilherme Braga da Cruz.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estudo da proposta de superação da dicotomia (direito público <i>versus</i> direito privado) através da discussão do texto: <b>A supremacia da dicotomia direito público e privado: Uma proposta coerente com a constitucionalização do direito civil, de Ana Letícia Anarelli Rosati Leonel.</b></li> <li>✓ <b>Para Casa: leitura do texto:</b> A jurisprudência como fonte do Direito, de Rogério Soares de Souza. <a href="http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/download/411/368">revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/download/411/368</a></li> </ul>
<p><b>3ª aula</b> (módulo 1)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ramos do Direito Privado</li> <li>✓ Princípios do Direito Privado: personalidade, autonomia de vontade, intangibilidade familiar, propriedade individual, legitimidade a herança e direito de testar;</li> <li>✓ fontes do Direito Privado: formais e materiais;</li> <li>✓ <b>Discussão do Texto:</b> A jurisprudência como fonte do Direito, de Rogério Soares de Souza.</li> <li>✓ <b>Para Casa: leitura e fichamento do texto:</b> O DIREITO CIVIL SOB A ÓTICA PÓS-POSITIVISTA: uma nova interpretação a partir da redefinição do conceito de liberdade, de Aloísio Alencar Bolwerk, Sérgio Augusto Pereira Lorentino</li> <li>✓ <b>Para Casa: Leitura do Texto:</b> Modos de constitucionalização dos Direitos Privados, de Daniel Gomes de Miranda. <a href="http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/07_494.pdf">http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/07_494.pdf</a>.</li> </ul> <p>Vídeos de apoio:</p> <p><u>Princípios do Direito Privado</u> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=aZIsHPHlecw&amp;t=205s">https://www.youtube.com/watch?v=aZIsHPHlecw&amp;t=205s</a></p> <p>- fontes do Direito Privado: formais e materiais</p> <p><u>Fontes do Direito</u> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=6fA9Ufe4yH0">https://www.youtube.com/watch?v=6fA9Ufe4yH0</a> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=gd6pdXjVgUM">https://www.youtube.com/watch?v=gd6pdXjVgUM</a></p>
<p><b>4.ª aula</b> (módulo 2)</p>	<p><b>Entrega da Avaliação 1:</b> fichamento do texto: O DIREITO CIVIL SOB A ÓTICA PÓS-POSITIVISTA: uma nova interpretação a partir da redefinição do conceito de liberdade, de Aloísio Alencar Bolwerk, Sérgio Augusto Pereira Lorentino</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Constitucionalização dos direitos privados</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Discussão do texto:</b> Modos de constitucionalização dos Direitos Privados, de Daniel Gomes de Miranda.</li>   <li>✓ <b>Para Casa: Leitura do Texto:</b> Direito Civil Constitucional: A norma constitucional como componente do sistema civil, de Fernanda Sabrinni Pereira e Aguinaldo Alemar  <a href="http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/5337/5186">http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/5337/5186</a></li> </ul>
<p><b>5ª aula</b> (módulo 2)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Princípios e normas constitucionais conformadores das categorias de direito civil, especialmente pessoas, família, contratos, responsabilidade civil e propriedade privada.</li>   <li>✓ <b>Discussão do texto:</b> Direito Civil Constitucional: A norma constitucional como componente do sistema civil, de Fernanda Sabrinni Pereira e Aguinaldo Alemar</li>   <li>✓ <b>Para Casa: Leitura e Fichamento do Texto:</b> Princípios Gerais do Código Civil de 2002, Davidson Alessandro de Miranda.  <a href="https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1041/R%20MP%20-%20Princ%C3%ADpios%20gerais%20do%20C%C3%B3digo%20Civil%20-%20davidson%20alessa%E2%80%A6.pdf?sequence=1">https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1041/R%20MP%20-%20Princ%C3%ADpios%20gerais%20do%20C%C3%B3digo%20Civil%20-%20davidson%20alessa%E2%80%A6.pdf?sequence=1</a></li>   <li>✓ <b>Para Casa:</b> Leitura dos artigos 1 a 21 do Código Civil.  <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm</a></li>   <li>✓ <b>Para Casa:</b> Leitura do Capítulo 2 da dissertação “Já é negro e ainda quer ser travesti? – Experiências trans de mulheres negras”, Camila Pina Brito.  <a href="http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2017/03/Camila-Pina-Brito.pdf">http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2017/03/Camila-Pina-Brito.pdf</a></li> </ul>
<p><b>6ª aula</b> (módulo 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Entrega da Avaliação 2:</b> fichamento do texto: Princípios Gerais do Código Civil de 2002, Davidson Alessandro de Miranda;</li>   <li>✓ Das pessoas físicas: <b>arts. 1 a 10 do Código Civil (da personalidade e da capacidade)</b> e <b>arts. 11 a 21 (direitos de personalidade)</b>;</li>   <li>✓ <b>Discussão do texto:</b> Capítulo 2 da dissertação “Já é negro e ainda quer ser travesti? – Experiências trans de mulheres negras”, Camila Pina Brito.</li> </ul>

	<p><b>Material de apoio</b></p> <p><b>Capítulo 8 – Nome</b>, in: Manual do Direito das famílias, 11 ed., 2016 [epub], de Maria Berenice Dias.</p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=CisbekTnPw0">https://www.youtube.com/watch?v=CisbekTnPw0</a> (“<b>Protocolo transexualizador</b> – Pergunte as Bee 49, com Daniela Andrade)</p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=9zACyYDp_fg">https://www.youtube.com/watch?v=9zACyYDp_fg</a> (<b>Transexualidade e saúde</b> – Pergunte às Bee 51, com Daniela Andrade)</p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=rI_gylFhHy4">https://www.youtube.com/watch?v=rI_gylFhHy4</a> (<b>Transfobia</b> – Pergunte às Bee 58, com Daniela Andrade)</p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=2Kf7vzRiw0I">https://www.youtube.com/watch?v=2Kf7vzRiw0I</a> (Berenice Bento – Travestis e Transexuais: <b>Construção de Identidades Trans</b>;</p> <p>✓ <b>Para Casa:</b> Leitura dos artigos 40 a 45 do Código Civil; Leitura do texto: <b>A desconsideração da Pessoa Jurídica em casos de desastres ambientais: estudo de caso do rompimento da barragem em Mariana/MG</b>, de Rafael Gomes Miranda da Silva, Tereza Cristina Pereira Bezerra e Patrícia Borba Vilar Guimarães.  <a href="http://www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/view/566">http://www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/view/566</a></p>
<p><b>7.ª aula</b> (módulo 3)</p>	<p>✓ Das pessoas jurídicas: arts. 40 a 45</p> <p>Discussão do texto: <b>A desconsideração da Pessoa Jurídica em casos de desastres ambientais: estudo de caso do rompimento da barragem em Mariana/MG</b>, de Rafael Gomes Miranda da Silva, Tereza Cristina Pereira Bezerra e Patrícia Borba Vilar Guimarães.</p> <p>✓ <b>Para Casa:</b> leitura dos arts. 79 a 103 do Código Civil; leitura dos textos:</p> <p><b>Proposta de mudança do status jurídico dos animais nas legislações do Brasil e da França</b>, de Célia Regina Ferrari, Silvia Maria Guerra Molina, Valerie Bouchard-Chapelle e Marie Pierre Elie.  <a href="http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33134-41848-1-PB.pdf">http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33134-41848-1-PB.pdf</a></p> <p><b>O sistema brasileiro de criação intensiva de animais destinados à alimentação humana à luz da convenção europeia sobre proteção de animais de criação</b>, de Célia Regina Ferrari, Silvia Maria Guerra Molina, Valerie Bouchard-Chapelle e Marie Pierre Elie. (enviado por e-mail e disponível no SIGAA).</p>

<p><b>8.ª aula</b> (módulo 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dos bens: arts. 79 a 103 do Código Civil</li>   <li>✓ <b>Discussão dos textos:</b> <p><b>Proposta de mudança do status jurídico dos animais nas legislações do Brasil e da França</b>, de Célia Regina Ferrari, Silvia Maria Guerra Molina, Valerie Bouchard-Chapelle e Marie Pierre Elie.</p> <p><b>O sistema brasileiro de criação intensiva de animais destinados à alimentação humana à luz da convenção europeia sobre proteção de animais de criação</b>, de Célia Regina Ferrari, Silvia Maria Guerra Molina, Valerie Bouchard-Chapelle e Marie Pierre Elie.</p> </li> </ul> <p><b>Para Casa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Leitura dos arts. 104 a 114 do Código Civil;</li> <li>-Texto 1: A teoria dos fatos jurídicos no Direito Brasileiro, de Maria Clara Stefenoni. <a href="http://www.conteudojuridico.com.br/artigo.a-teoria-dos-fatos-juridicos-no-direito-brasileiro,42008.html">http://www.conteudojuridico.com.br/artigo.a-teoria-dos-fatos-juridicos-no-direito-brasileiro,42008.html</a></li>   <li>-Texto 2: A (IN)CONSISTÊNCIA DO PLANO DA VALIDADE NA CONCEPÇÃO PONTIANA – ATO JURÍDICO INVÁLIDO: ARGUMENTO OU ARTIFÍCIO? <a href="http://www.ufal.br/seer/index.php/rmdufal/article/download/274/222">http://www.ufal.br/seer/index.php/rmdufal/article/download/274/222</a>.</li> </ul>
<p><b>9.ª aula</b> (módulo 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Teoria do Fato Jurídico: arts. 104 a 114 do Código Civil</li>   <li>✓ <b>Discussão do texto:</b> A teoria dos fatos jurídicos no Direito Brasileiro, de Maria Clara Stefenoni e A (IN)CONSISTÊNCIA DO PLANO DA VALIDADE NA CONCEPÇÃO PONTIANA – ATO JURÍDICO INVÁLIDO: ARGUMENTO OU ARTIFÍCIO? De Beclaute Oliveira Silva.</li> </ul>
<p><b>10.ª aula</b> (módulo 3)</p>	<p><b>Avaliação 3:</b> Apresentação de Seminários e Entrega de Trabalhos Escritos + autoavaliação</p>
<p><b>11.ª aula</b> (módulo 3)</p>	<p><b>Avaliação 3:</b> Apresentação de Seminários e Entrega de Trabalhos Escritos + autoavaliação</p>

--	--

## 7) AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será contínuo, e levará em conta a assiduidade e a participação da/o aluna/o nas atividades propostas. A/O estudante será avaliado de 3 maneiras, por meio da elaboração e apresentação de trabalhos, de uma apresentação, da avaliação processual e da autoavaliação sendo:

### **Avaliação dos Trabalhos**

Avaliação 1 (fichamento) = 2,0 pontos

Avaliação 2 (fichamento) = 2,0 pontos

Avaliação 3 (seminário) = 3,0 pontos

Avaliação 4 (participação) = 2,0 pontos

Avaliação 5 (autoavaliação) = 1,0 ponto

### **Nota final:**

Avaliação 1 (2,0 pontos) + Avaliação 2 (2,0 pontos) + Avaliação 3 (3,0 pontos) + Avaliação 4 (2,0 pontos) + Avaliação 5 (1,0 ponto) = 10 pontos

### 7.1) Instrumentos a serem utilizados pelo(a) docente

Quadro branco, datashow ou televisão para apresentação de filmes e/ou slides, auditório e microfones.

### 7.2) Critérios de avaliação:

- ♦ Participação nos debates e nos trabalhos em grupo;
- ♦ Capacidade analítica e argumentativa a respeito dos temas abordados;
- ♦ Interesse e dedicação do aluno para com os temas tratados;
- ♦ Criatividade e embasamento conceitual para propor soluções para problemas concretos;
- ♦ Coerência e coesão do texto;
- ♦ Comprometimento e capricho nas atividades

#### CONSIDERAÇÕES GERAIS:

- Alunos com frequência inferior a 75% serão reprovados automaticamente.

#### *Regras básicas de Conduta:*

- Pontualidade

- Disciplina e ambiente construtivo em sala.

- Proatividade por parte dos alunos, com preparação prévia das aulas e contribuição para o aprendizado coletivo.

- Leitura prévia dos textos

**\*As normas de submissão do artigo serão disponibilizadas em momento posterior.**

## 8) Bibliografia:

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Luiz Carlos de. Panorama das alterações mais sensíveis ocorridas nos institutos de direito privado no curso do século XX. In: \_\_\_\_\_ . *Introdução à História do Direito*. – 4ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 260-268.

BOLWERK, Aloísio Alencar; LORENTINO, Sérgio Augusto Pereira. **O direito civil sob a ótica pós-positivista**: uma nova interpretação a partir da redefinição do conceito de liberdade. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=aded6ee2a2975052>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm) >. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRITO, Camila Pina. **“Já é negro e ainda quer ser travesti?” – Experiências trans de mulheres negras**. 2016. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Jequié, 2016. p. 38-59. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2017/03/Camila-Pina-Brito.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017

DIAS, Maria Berenice. **Manual do Direito das famílias**, 4. ed. Em e-book baseada na 11 ed. Impressa. São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, 2016 [epub]

LEONEL, Ana Letícia Anarelli Rosati. **A superação da dicotomia direito público e privado**: Uma proposta coerente com a constitucionalização do direito civil. Direito civil-constitucional [recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFS. Coordenadores: Ilton Garcia da Costa, Clara Angélica Dias, Cesar Augusto de Castro Fiuza – Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/84k8hu2h/x2r9Q7VaCvqjMtwp.pdf> >. Acesso em 30 jun. 2017.

NOIRTIN, C.R.F.F.; MOLINA, S.M.G.; CHAPELLE, V.B.; ELIE, M.P. O sistema brasileiro de criação intensiva de animais destinados à alimentação humana à luz da Convenção Europeia sobre Proteção de Animais de Criação. In: Congresso Internacional de Direito Ambiental: Florestas, mudanças climáticas e serviços ecológicos, 14. Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 15. Congresso de Estudantes de Direito Ambiental, 5. Congresso de Direito Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, 5, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. v. 1. p. 528-542. Disponível em: <[http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo\\_20140212144210\\_5573.pdf](http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20140212144210_5573.pdf)>. Acesso em: 07. Jul. 2017.

NOIRTIN, C.R.F.F.; MOLINA, S.M.G.; ELIE, M.P.; CHAPELLE, V.B. Proposta de mudança do status jurídico dos animais nas legislações do Brasil e da França. **Revista Internacional Direito e Cidadania**, n.3, fev. 2009, p. 15-25,. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33134-41848-1-PB.pdf>>. Acesso em 07 jul. 2017.

MIRANDA, Davidson Alessandro de. **Princípios Gerais do Código Civil de 2002**. Disponível em: <<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1041/R%20MP%20-%20Princ%20C3%ADpios%20gerais%20do%20C%20C3%B3digo%20Civil%20-%20davidson%20alessa%20E2%80%A6.pdf?sequence=1>>. Acesso em 30 jun. 2017

PEREIRA, Fernanda Sabrinni; ALEMAR, Aguinaldo. **Direito Civil Constitucional: A norma**



constitucional como componente do sistema civil. Horizonte Científico, v. 4, n. 2, 2010. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/5337/5186>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

SILVA, Beclaute Oliveira. A (in)consistência do plano da validade na concepção pontiana – ato jurídico inválido: argumento ou artifício? **RMDUFAL**, v. 1, n. 1, jul./dez. 2010, p. 41-55. Disponível em: < <http://www.ufal.br/seer/index.php/rmdufal/article/download/274/222>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

SILVA, Rafael Gomes Miranda da; BEZERRA, Tereza Cristina Pereira; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar. **A desconsideração da Pessoa Jurídica em casos de desastres ambientais: estudo de caso do rompimento da barragem em Mariana/MG**. FIDES, Natal, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: < <http://www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/view/566> >. Acesso em 30 jun. 2017.

SOUZA, Rogério Soares de. **A jurisprudência como fonte de Direito**. Projeção, Direito e Sociedade, v. 5, n. 2, 2014. p. 39-50. Disponível em: < [revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/download/411/368](http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/download/411/368)>. Acesso em 30 jun. 2017.

STEFANONI, Maria Clara. **A teoria dos fatos jurídicos no Direito Brasileiro**. Disponível em: < <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-teoria-dos-fatos-juridicos-no-direito-brasileiro,42008.html>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AMARAL, Francisco. **O Código Civil brasileiro e o problema metodológico de sua realização**. Do paradigma da aplicação ao paradigma judicativo-decisório. Revista do Direito Privado da UEL, v. 1, n. 1. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/direitoprivado/artigos/Codcivileoproblemadesuarealiza%C3%A7%C3%A3oFranciscoAmaral.pdf> >. Acesso em: 30 jun. 2017.

BARROSO, Lucas Abreu; PASSAMANI, Brígia Roldi. **Usucapião extrajudicial: o procedimento para além da desjudicialização**. Scientia Iuris, Londrina, v. 21, n. 1, p. 189-211, 2017. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/26233>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BELTRAME, Cibelle Mendes. **A burocrática conversão da União Estável em casamento e a convivência prévia aos setenta anos**. Revista Esmat, Palmas, Ano 5, n. 5, p. 53-79, 2013. Disponível em: < [http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista\\_esmat/article/view/73/79](http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/view/73/79) >. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRITO, Camila Pina; NASCIMENTO, Marcelo Sena do. **União estável e casamento civil entre casais homoafetivos**. VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH, 2012. Disponível em: < [http://abeh.org.br/arquivos\\_anais/C/C003.pdf](http://abeh.org.br/arquivos_anais/C/C003.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2017

CRUZ, Guilherme Braga da Cruz. **A formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro**. Comunicação ao IIº Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1954. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66222/68832>>. Acesso em 30 jun. 2017.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito Civil – Sentidos, Transformações e Fim**. Rio de Janeiro: Renovas, 2015 pdf.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; COELHO, José Martônio Alves; BIGARIM, Maria Clara Cavalcante. **A expansão da responsabilidade civil na sociedade de riscos**. Londrina: Scientia Iuris, v. 15, n. 1, p. 29-50, 2011. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/7948/8840> >. Acesso em: 30 jun. 2017.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. **O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.**

Civilística.com, ano 4, n. 1, 2015. Disponível em: < <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/01/Menezes-civilistica.com-a.4.n.1.2015.pdf> >. Acesso em: 30 jun. 2017.

MINAS GERAIS. **Justiça Federal de 1º grau em Minas Gerais.** Processo n. 0069758-61.2015.4.01.3400. 12º Vara Federal. Disponível em: <

<http://antigo.es.gov.br/Banco%20de%20Documentos/PDF/Arquivos%20PDF%202015/DEASTRE%20MARIANA%20DECISAO%20DO%20JUIZ%20.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MIRANDA, Daniel Gomes de. Modos de Constitucionalização do direito privado. In: Congresso Nacional do CONPEDI, XVII, 20, 21 e 22 de novembro de 2008, Brasília-DF. Anais. Editora (s/i). p. 6662-6678. Disponível através do seguinte sítio eletrônico virtual: <

[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/07\\_494.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/07_494.pdf) >. Acesso em 12 de julho de 2017.

MORAES, Maria Celina Bodin; Teixeira, Ana Carolina Brochado. **Descumprimento do art. 229 da Constituição Federal e Responsabilidade civil: duas hipóteses de danos morais compensáveis.**

Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 117-139, 2016. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/48534/29949> >. Acesso em: 30 jun. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. **Ação Civil Pública.** Colatina, Espírito Santo, 2015.

Disponível em: < <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/d7ea6b1d-d4b2-4695-a810-e9ebd53e1227.pdf> >. Acesso em: 30 jun. 2017.

MOREIRA, Diogo Luna. **A morte como expressão da autonomia no contexto do Direito contemporâneo.** Revista M, v. 1, p. 198-216. Disponível em: < [http://www.revistam-unirio.com.br/arquivos/2016/07/revistam\\_v01\\_n01\\_a10.pdf](http://www.revistam-unirio.com.br/arquivos/2016/07/revistam_v01_n01_a10.pdf) >. Acesso em: 30 jun. 2017

>. Acesso em: 30 jun. 2017

PEIXOTO, Fabiano Hartmann; BONAT, Debora. **O paradigma pós positivista do direito privado e a centralidade do objetivo lucrativo da empresa.** Revista Brasileira de Direito, 12(1): 53-61, 2016.

Disponível em: < [http://www.revistam-unirio.com.br/arquivos/2016/07/revistam\\_v01\\_n01\\_a10.pdf](http://www.revistam-unirio.com.br/arquivos/2016/07/revistam_v01_n01_a10.pdf) >. Acesso em: 30 jun. 2017.

**INFORMAÇÃO ADICIONAL: Para os arquivos em epub, sugere-se fazer download do leitor Calibri neste link <http://calibre-ebook.com/download>**



## Programação do Componente Curricular (preenchida pela ED)

QUADROS 01, 02, 03 E 04 – Objetivos específicos, competências e habilidades, estratégia didático-pedagógica, bibliografia específica.

	Objetivos específicos educacionais do módulo	Competências a desenvolver no módulo	Habilidades principais a desenvolver na atividade	Sessões*	Denominação da sessão e sua duração / h	Bibliografia específica	Atividade extraclasse
<b>Unidade/ Módulo 01: Noções Introdutórias de Direito Privado</b>	Compreender o histórico de desenvolvimento do direito privado no mundo e no Brasil	Leitura crítica;  Organização e articulação de constructos textuais;  Domínio do conteúdo e das reflexões realizadas;	Capacidade de ler e expressar criticamente as principais questões referentes ao panorama de desenvolvimento do direito privado no mundo e no Brasil;	1ª)	Aula introdutória da CC Noções de Direito Privado (04h00min)	Apresentação da componente curricular  Exposição do plano de curso e início da definição dos estudos e atividades a serem realizados.  Debate e sugestões por parte dos estudantes	XXXXXXXXXXXX
	Identificar e conhecer os principais ramos que compõem o direito privado no mundo e no Brasil  Compreender como as transformações pelas quais a sociedade passou impactaram na configuração do direito privado.	Capacidade de expressão (oral, escrita e outras)  Interação com os outros estudantes e o docente no processo pedagógico	Mobilizar as habilidades trabalhadas, para promover a leitura, reflexão, síntese e fichamento de textos que versam sobre aspectos do direito privado.	2ª	O antropoceno e a crise sistêmica: diversidades, limites planetários e impactos regionais (04h00min)	Leitura, discussão e compreensão dos textos-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue:  CRUZ, Guilherme Braga da. A formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro. In: Colloquim Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 2º, 1954, São Paulo-SP. Disponível através do seguinte link eletrônico virtual: < <a href="http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66222/68832">http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66222/68832</a> >. Acesso em 10 de julho de 2017.  AZEVEDO, Luiz Carlos de. Panorama das alterações mais sensíveis ocorridas nos institutos de direito privado no curso do século XX. In: _____, <i>Introdução à História do Direito</i> . – 4ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 260-268.  LEONEL, Ana Letícia Anarelli Rosati. A superação da dicotomia direito público e direito privado: uma proposta coerente com a constitucionalização do direito civil. In: COSTA, Ilton Garcia da; DIAS, Clara Angélica Gonçalves & FIÚZA, César Augusto de Castro. <i>Direito Civil Constitucional [Recursos Eletrônicos on-line]</i> . Florianópolis: CONPEDI. 2015. p. 59-76. Disponível através do seguinte link eletrônico virtual: < <a href="https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/84k8hu2h/x2r9Q7VaCvqjMtwp.pdf">https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/84k8hu2h/x2r9Q7VaCvqjMtwp.pdf</a> >. Acesso em 10 de julho de 2017.  Preparação de mini-apresentações sobre ramos/ partes do direito civil brasileiro  Observação: Doravante, outras atividades serão propostas pelo docente.	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas

				3º	Ramos, princípios e fontes do direito privado (04h00min)	<p>Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue:</p> <p>SOUZA, Rogério Soares de. A Jurisprudência como fonte do direito. Periódico Científico Projeção, Direito e Sociedade. Brasília, V. 5, nº 2. p. 39-50. 2014. Disponível através do seguinte link: &lt;<a href="http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/download/411/368">http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/download/411/368</a>&gt;. Aceso em 10 de julho de 2017.</p> <p><b>Para casa:</b> fichamento 01 (avaliação 01) do texto (disponível através do SIGAA-UFSB), cuja referência se registra abaixo:</p> <p>BOLWERK, Aloísio Alencar; LORENTINO, Sérgio Augusto Pereira. <b>O direito civil sob a ótica pós-positivista:</b> uma nova interpretação a partir da redefinição do conceito de liberdade. Disponível em:&lt;<a href="http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=aded6ee2a2975052">http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=aded6ee2a2975052</a>&gt;. Acesso em: 30 jun. 2017.</p> <p>Observação: Doravante, outras atividades serão propostas pelo docente.</p>	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas
--	--	--	--	----	--	---	--

	Objetivos específicos educacionais do módulo	Competências a desenvolver no módulo	Habilidades principais a desenvolver na atividade	Sessões*	Denominação da sessão e sua duração / h	Bibliografia específica	Atividade extraclasse
<b>Unidade/ módulo 02: Constiotucionalização (publicização) do Direito Privado</b>	<p>Construir um entendimento coerente sobre os princípios e normas constitucionais conformadores das categorias de direito civil, especialmente pessoas, família, contratos, responsabilidade civil e propriedade privada.</p> <p>Compreender as causas, consequências e principais características do processo de constitucionalização do direito privado</p>	<p>Leitura crítica;</p> <p>Organização e articulação de constructos textuais;</p> <p>Domínio do conteúdo e das reflexões realizadas;</p> <p>Capacidade de expressão (oral, escrita e outras)</p> <p>Interação com os outros estudantes e o docente no processo pedagógico</p>	<p>Capacidade de ler e expressar acerca dos aspectos principais concernentes ao processo de publicação do direito privado, identificando as interfaces entre direito privado e constituição;</p> <p>Mobilizar as habilidades trabalhadas, para promover a leitura, reflexão, síntese e fichamento de textos que versam sobre aspectos do direito privado.</p>	4ª	Constitucionalização dos direitos privados (04h00min)	<p>Entrega do fichamento proposto (Fichamento 01/ avaliação 01)</p> <p>Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue:</p> <p>MIRANDA, Daniel Gomes de. Modos de Constitucionalização do direito privado. In: Congresso Nacional do CONPEDI, XVII, 20, 21 e 22 de novembro de 2008, Brasília-DF. Anais. Editora (s/i). p 6662-6678. Disponível através do seguinte sítio eletrônico virtual: &lt; <a href="http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasilia/07_494.pdf">http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasilia/07_494.pdf</a> &gt;. Acesso em 12de julho de 2017.</p> <p>Observação: Doravante, outras atividades serão propostas pelo docente.</p>	<p>Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas</p> <p>Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas</p>
				5ª	Princípios e normas constitucionais conformadores das categorias de direito civil, especialmente pessoas, família, contratos, responsabilidade civil e propriedade privada. (04h00min)	<p>Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue:</p> <p>PEREIRA, Fernanda Sabrini &amp; ALEMAR, Aguinaldo. Direito Civil Constitucional: A norma constitucional como componente do sistema civil. Revista Horizonte Científico/ Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia-MG, vol. 04, n° 2, p. 1-21, janeiro de 2010. Disponível no através do seguinte link eletrônico: <a href="http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/5337/5186">http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/5337/5186</a> (acesso em 12 de julho de 2017)</p> <p><b>Para casa:</b> fichamento 02 (avaliação 02) do texto (disponível através do SIGAA-UFSB), cuja referência se registra abaixo:</p> <p>MIRANDA, Davidson Alessandro de. <b>Princípios Gerais do Código Civil de 2002</b>. Disponível em: <a href="https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/1234_56789/1041/R%20MP%20-%20Princ%3ADpios%20gerais%20do%20C%3B3digo%20Civil%20-%20davidson%20alessa%20E2%80%A6.pdf?sequence=1">https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/1234_56789/1041/R%20MP%20-%20Princ%3ADpios%20gerais%20do%20C%3B3digo%20Civil%20-%20davidson%20alessa%20E2%80%A6.pdf?sequence=1</a> . Acesso em 30 jun. 2017</p>	<p>Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas</p>

						Observação: Doravante, outras atividades serão propostas pelo docente.	
--	--	--	--	--	--	--	--

	Objetivos específicos educacionais do módulo	Competências a desenvolver no módulo	Habilidades principais a desenvolver na atividade	Sessões*	Denominação da sessão e sua duração / h	Bibliografia específica	Atividade extraclasse
<b>Unidade/ módulo 03: Direito das Pessoas e dos Bens. Direitos da Personalidade. Teoria do Fato Jurídico.</b>	Compreender os princípios básicos que regem o direito das pessoas e dos bens, os direitos da personalidade e a teoria do fato jurídico.	Leitura crítica;  Organização e articulação de constructos textuais;  Domínio do conteúdo e das reflexões realizadas;  Capacidade de expressão (oral, escrita e outras)  Interação com os outros estudantes e o	Capacidade de ler e expressar criticamente as principais questões da d campo do direito das pessoas e dos bens, dos direitos da personalidade e da teoria do fato jurídico.  Mobilizar as habilidades trabalhadas, para desenvolver um artigo acerca de tema específico no campo do direito	6ª	Das pessoas físicas (04h00min)	Entrega do fichamento proposto (Fichamento 02/avaliação 02)  Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue:  Arts. 1 a 10 do Código Civil brasileiro – Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (da personalidade e da capacidade) e arts. 11 a 21 (direitos de personalidade);  BRITO, Camila Pina. “ <b>Já é negro e ainda quer ser travesti?</b> ” – <b>Experiências trans de mulheres negras</b> . 2016. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Jequié, 2016. p. 38-59. Disponível em: < <a href="http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2017/03/Camila-Pina-Brito.pdf">http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2017/03/Camila-Pina-Brito.pdf</a> >. Acesso	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas.

		docente no processo pedagógico	privado, construindo a sua versão escrita e expondo as suas ideias principais através de seminários			em: 30 jun. 2017  Preparação do projeto de intervenção (trabalho final)  Observação: Doravante, outras atividades serão propostas pelo docente.	
7 <sup>a</sup>	Das pessoas jurídicas (04h00min)					Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue:  Arts. 40 a 45 do Código Civil brasileiro - Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ;  SILVA, Rafael Gomes Miranda da; BEZERRA, Tereza Cristina Pereira; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar. <b>A desconsideração da Pessoa Jurídica em casos de desastres ambientais: estudo de caso do rompimento da barragem em Mariana/MG.</b> FIDES, Natal, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <a href="http://www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/view/566">http://www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/view/566</a> >. Acesso em 30 jun. 2017.  Observação: Doravante, outras atividades serão propostas pelo docente.	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas.
8 <sup>a</sup>	Dos bens (04h00min)					Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue:  Arts. 79 a 103 do Código Civil brasileiro - Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002  FAGANELLO, Célia Regina Ferrari; MOLINA, Silvia Maria Guerra; BOUCHARD-CHAPELLE & ELIE, Marie Pierre. Proposta de mudança do status jurídico dos animais nas legislações do Brasil e da França. Revista Internacional de Direitos e Cidadania. São Paulo, n° 3, p 15-23, fevereiro de 2009. Disponível através do seguinte link: <a href="http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33134-41848-1-PB.pdf">http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33134-41848-1-PB.pdf</a> . Acesso em 12 de jul de 2017.  NOIRTIN, C.R.F.F.; MOLINA, S.M.G.; CHAPELLE, V.B.; ELIE, M.P. O sistema brasileiro de criação intensiva de animais destinados à alimentação humana à luz da Convenção Europeia sobre Proteção de Animais de Criação. In: Congresso Internacional de Direito Ambiental: Florestas, mudanças climáticas e serviços ecológicos, 14. Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 15. Congresso de Estudantes de Direito Ambiental, 5. Congresso de Direito	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas.



						<p>Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, 5, 2010, São Paulo. <b>Anais...</b> São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. v. 1. p. 528-542. Disponível em: <a href="http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20140212144210_5573.pdf">http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20140212144210_5573.pdf</a>. Acesso em: 07. Jul. 2017.</p>	
				9ª	Do fato jurídico	<p>Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue:</p> <p>Arts. 104 a 114 do Código Civil brasileiro – Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002</p> <p>STEFANONI, Maria Clara. <b>A teoria dos fatos jurídicos no Direito Brasileiro</b>. Disponível em: &lt; <a href="http://www.conteudojuridico.com.br/artigo-a-teoria-dos-fatos-juridicos-no-direito-brasileiro.42008.html">http://www.conteudojuridico.com.br/artigo-a-teoria-dos-fatos-juridicos-no-direito-brasileiro.42008.html</a> &gt;. Acesso em: 07 jul. 2017.</p>	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas.
				10ª	Apresentação dos seminários (entrega dos artigos e entrega das autoavaliações e avaliações da CC) - (04h00min)	Textos selecionados previamente e lidos ao longo do quadriemstre	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas.
				11ª	Apresentação dos seminários (entrega dos artigos e entrega das autoavaliações e avaliações da CC) - (04h00min)	Textos selecionados previamente e lidos ao longo do quadriemstre	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas.

\* Encontros, visitas, aulas, atividades individuais programadas e outras modalidades de atividades pedagógicas

# Para integralizar a carga horária total dos cursos, 20% da carga horária dos Conjuntos de Componentes Curriculares (CjCCs) devem ser de atividades extraclasse

